

Economia

Crise do IOF abre oportunidade para debate urgente sobre ajuste fiscal

Depois da rejeição à nova tentativa de aumentar impostos, governo inicia discussão sobre medidas para evitar o colapso das contas públicas

Por **Márcio Juliboni** SEGUIR , **Juliana Elias** SEGUIR
Atualizado em 6 jun 2025, 11h10 - Publicado em 6 jun 2025, 06h00



ALINHADOS - Haddad, Guimarães, Motta, Alckmin e Alcolumbre: unidos pelas reformas (Ton Molina/Fotoarena/Agência O Globo/.)

A+ A- ⚡

Nos últimos anos, o Brasil desperdiçou um tempo valioso em debates estéreis que pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento do país. Em detrimento de questões mais urgentes, como as necessárias e inadiáveis reformas estruturais, gasta-se enorme dose de energia em discussões que não interessam à imensa maioria da população, como é o caso agora da anistia aos golpistas de 8 de Janeiro. A foto ao lado, feita na terça-feira 3, captura um raro e muitíssimo bem-vindo momento de convergência institucional. Nela, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), além do vice-presidente Geraldo Alckmin e do líder do governo na Câmara, o

Voltar para o site de **veja**

E), concedem entrevista após almoço com o vorada. Em pauta, medidas para evitar o

colapso fiscal. Motta ressaltou a “sintonia” entre os poderes e afirmou que “o Brasil sairá maior e mais forte” com a adoção de medidas capazes de equilibrar as contas públicas.

NA GAVETA

Diversos projetos que propõem reformas estruturais ao Brasil estão parados no Congresso há anos. Veja os principais:

PEC 32

Enviada à Câmara em 2020, trata da reforma administrativa, e já foi concluída sua tramitação nas comissões. Desde setembro de 2021, aguarda para ser votada em plenário

PLP 504

Estabelece a revisão obrigatória de gastos tributários como isenções e benefícios fiscais. Aprovado pelo Senado, o texto chegou à Câmara em 2018 e não avançou desde então

PL 2721

Trata do fim dos supersalários dos funcionários públicos, mas abre tantas exceções a verbas indenizatórias e reembolsos que, na prática, consolidaria os supersalários. Está parado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado desde 2023

PLC 107

Proposto em 2021 no Senado, o projeto cria um conselho nacional para eliminar os supersalários. O texto aguarda parecer na Comissão de Assuntos Econômicos da Casa desde 2023

Fontes: Câmara dos Deputados e Senado Federal

O movimento é ainda mais significativo quando se considera o estopim do encontro: a forte reação do Congresso ao Decreto nº 12.466, assinado por

tava o imposto sobre operações financeiras ar 18 bilhões de reais ainda neste ano — gesto

emergencial de um governo que costuma atacar com volúpia o bolso dos contribuintes, enquanto reluta em fechar a torneira dos gastos públicos. Diante da repercussão negativa, Hugo Motta deu ao governo um prazo de dez dias para apresentar alternativas e ameaçou colocar em votação um projeto do deputado Luciano Zucco (PL-RS), que revogaria a medida. Não foi a primeira vez que o Planalto pegou de surpresa o Congresso, as empresas e o mercado financeiro. Episódio semelhante ocorreu em novembro de 2024, quando o governo misturou o anúncio de medidas de ajuste fiscal com a promessa de isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 000 reais — com custo de 35 bilhões de reais aos cofres públicos. A falta de articulação política também ficou evidente no início do ano passado, quando Lula foi obrigado a revogar uma medida provisória para reonerar a folha de pagamento de dezessete setores de atividade após intensa pressão parlamentar. O enredo, até então, seguia um padrão previsível: medidas mal costuradas, reações duras do Legislativo e trocas de críticas entre Planalto e Congresso.

Desta vez, contudo, a crise do IOF abriu espaço para uma grande oportunidade. Diante da resistência da sociedade a arcar com um novo aumento de impostos, o governo abriu diálogo com o Congresso em busca de soluções mais sensatas e definitivas para o crônico desequilíbrio fiscal. O senso de urgência parece, enfim, ter chegado ao Planalto — e não sem motivo. Divulgada em maio, a primeira revisão orçamentária apontou um cenário de queda na previsão de receitas e alta nos gastos. Como resultado, a equipe econômica projetou um déficit de 52 bilhões de reais nas contas públicas em 2025, revertendo a estimativa de superávit de 14 bilhões de reais aprovada em março. No Legislativo, a ficha também caiu. Após anos engavetando propostas de ajustes, os parlamentares perceberam que a falta de recursos ameaça não apenas o funcionamento do Executivo, mas também as emendas que tanto prezam. Assim, como diz o ditado popular, do limão fez-se uma limonada. “A crise do IOF precipitou a discussão sobre a necessidade de uma reforma profunda no Orçamento”, afirma Marcus Pestana, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. “Isso seria inevitável até 2027, mas a decisão do governo de recorrer ao aumento do IOF para fechar as contas deste ano escancarou a urgência do tema.”



TEMPESTADE – Esplanada: sem ajuste fiscal, a máquina pública pode parar em breve (*Rafa Neddermeyer/Agência Brasil*)

O último relatório da IFI é categórico: as despesas discricionárias — que incluem investimentos e até o pagamento de contas básicas, como energia elétrica dos prédios públicos — devem cair de 211 bilhões de reais em 2025 para 83 bilhões no ano que vem, sinalizando um colapso iminente. Em 2027, a conta ficaria negativa em 11 bilhões de reais, com os gastos obrigatórios crescendo tanto que consumiriam toda a folga orçamentária, ameaçando paralisar a máquina pública.

O início de um debate mais sério entre Executivo e Legislativo a respeito do necessário ajuste fiscal dá margem a algum otimismo de que, finalmente, as autoridades estarão alinhadas e priorizando uma questão urgente, mas não será tão simples encontrar um consenso rápido a respeito de um tema espinhoso e bem menos popular para governo e parlamentares do que fazer o anúncio de novas obras ou programas sociais. No almoço realizado no Palácio da Alvorada, [Fernando Haddad](#) e o presidente Lula atenderam a um pedido de Hugo Motta e decidiram adiar o anúncio das medidas de reestruturação fiscal até que sejam apresentadas previamente às lideranças da Câmara. O



COMPANHEIROS - Candidatos à presidência do PT: independência do governo (@pt.brasil/Facebook)

Os sinais, porém, indicam que as propostas tocarão em temas sensíveis, que já enfrentaram forte resistência dentro e fora do Congresso. Entre as medidas cogitadas estão a taxação de operações com criptomoedas, o aumento do imposto sobre apostas on-line e novos cálculos dos royalties obtidos com a exploração de petróleo. A revisão dos chamados gastos tributários, que englobam isenções e subsídios concedidos a diversos setores da economia, é outro item da pauta. Segundo estimativas do [Ministério da Fazenda](#), esses benefícios superam 800 bilhões de reais por ano. Não será uma tarefa simples cortar esses gastos. Embora haja consenso entre Haddad e Motta sobre a necessidade de reduzir as benesses ao mínimo possível, a iniciativa enfrentará a oposição de segmentos do empresariado. Só que esse confrontamento se tornou inadiável. “A sociedade está encharcada de impostos. e o Brasil que aumentava tributos para cobrir despesas não existe

mais”, afirma Marcos Mendes, ex-assessor do Ministério da Fazenda e pesquisador do Insper. “É por isso que se tornou necessário rever os gastos.”

Para os especialistas, o país precisa ainda pôr em prática desde já um pacote de medidas estruturais, como são chamadas as reformas capazes de evitar o crescimento das despesas públicas, racionalizar a máquina estatal e reduzir a trajetória da dívida federal. Entre as opções estudadas agora pela equipe econômica para conter o avanço das despesas obrigatórias está a adoção de critérios mais rígidos para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), cujos desembolsos somaram 42 bilhões de reais entre janeiro e abril, um aumento de 11% em relação ao mesmo período de 2024. Também está em avaliação o envio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para limitar os repasses federais ao Fundeb, um fundo que financia a educação básica no país. Quando o novo Fundeb foi instituído, em 2020, o então presidente Jair Bolsonaro aprovou uma escalada gradual da participação da União no fundo, que deve chegar a 23% em 2026. A proposta agora seria congelar os aportes no nível atual, de 21%. Outra possível PEC permitiria a unificação dos pisos constitucionais de saúde e educação, além da revisão do patamar obrigatório instituído pela Carta de 1988, o que daria maior flexibilidade para governadores e prefeitos administrarem seus orçamentos diante das necessidades regionais e das crescentes restrições fiscais.



PRESSÃO - Fábrica na Zona Franca de Manaus: incentivos questionados (*Lalo de Almeida/Folhapress/*.)

No mesmo capítulo das revisões, a reforma administrativa voltou à tona com a piora fiscal. Em maio, Motta criou um grupo com a missão de elaborar, em 45 dias, um conjunto de propostas para racionalizar a máquina pública. A forte reação ao decreto que aumentava o IOF ampliou o escopo do grupo, que passou a considerar também medidas com impacto direto nas contas governamentais. “É uma situação inédita, em que o Parlamento, que sempre pressiona por mais gastos, está cobrando austeridade do Executivo”, disse a VEJA o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), coordenador do grupo. No Parlamento, outro político bastante envolvido nos trabalhos é o deputado **Arthur Lira**, ex-presidente da Câmara.



MISSÃO - Pedro Paulo (PSD-RJ): o deputado lidera um grupo que vai debater reforma administrativa (*Bruno Spada/Câmara dos Deputados*)

Tão importante quanto definir um conjunto de medidas capazes de atacar as raízes do desequilíbrio fiscal é garantir as condições políticas para sua aprovação no Congresso. O primeiro desafio de Lula será vencer o ceticismo generalizado, tanto entre investidores quanto entre parlamentares. “Sempre faltou vontade de controlar os gastos”, diz Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter. A desconfiança se estende ao Legislativo. Com uma base aliada frágil e articulação deficiente, Lula — se tiver mesmo a intenção de mudar as coisas — precisará reunir forças para aprovar um pacote robusto. “Ele não tem alternativa a não ser atuar em coordenação com Hugo Motta e Davi Alcolumbre”, diz o cientista político Murillo de Aragão, colunista da VEJA. “Os dois são os grandes formadores de maioria no Congresso hoje, e não o governo.”

Além de buscar apoio entre partidos reticentes, Lula e Fernando Haddad enfrentam outro desafio considerável: convencer o próprio PT. No início de julho, os filiados escolherão o novo presidente da legenda entre quatro candidatos. Nos dois debates realizados até agora, a maioria dos postulantes

— Lula, Haddad, Gleisi Hoffmann e Zé Alencar — criticaram o nome em relação ao governo e criticou a

condução da política econômica, acusando-a de submissão ao “neoliberalismo”.

A VEZ PIOR

revisão do
ento em maio,
no cortou a
o de receitas
u a de
as.
so, o
do primário
do em 2025
de superávit
ficit (em
de reais)

ontadas as transferências
ionais a estados e municípios
lo as Ações Diretas de
cionalidade 7047 e 7064



Sem contar nem com a boa vontade do partido do próprio governo, aprovar reformas duras não será tarefa fácil. “Para resolver o problema, Lula deve dar menos peso à resistência de setores do Planalto e do PT”, diz o cientista político Antonio Lavareda. “Uma eventual paralisação do governo por falta de dinheiro seria pior para todos.” A boa notícia é que os principais atores políticos parecem dispostos a construir uma saída conjunta. Se disso resultará uma boa solução para o país, o tempo dirá. Mas um passo fundamental, sem dúvida, foi dado. Agora é torcer para que a “limonada” saída dessa discussão seja doce e benéfica para o Brasil.

Publicado em VEJA de 6 de junho de 2025, [edição nº 2947](#)

MAIS LIDAS

- 1 | Política
‘Raiva e ódio’: As conversas entre Moraes e o comandante do Exército, segundo Mauro Cid

Brasil

Voltar para o site de **veja**

em Santa Catarina morreram abraçadas

Política

3 O novo cálculo do governo sobre possíveis sanções a Alexandre de Moraes

Mundo

4 Família deposta em revolução islâmica pede que Khamenei renuncie para evitar 'banho de sangue'

Economia

5 MPF abre investigação contra a XP Investimentos

ARTHUR LIRA

DAVI ALCOLUMBRE

FERNANDO HADDAD

GESTÃO

HUGO MOTTA

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Assine Abril

Veja



OFERTA RELÂMPAGO

A PARTIR DE R\$ 9,90/MÊS

Superinteressante



OFERTA RELÂMPAGO

A PARTIR DE R\$ 9,90/MÊS

Voltar para o site de **veja**

Veja Negócios



OFERTA RELÂMPAGO

A PARTIR DE R\$ 9,90/MÊS



OFERTA RELÂMPAGO

A PARTIR DE R\$ 9,90/MÊS



OFERTA RELÂMPAGO



OFERTA RELÂMPAGO

[Voltar para o site de **veja**](#)

A PARTIR DE R\$ 9,90/MÊS

A PARTIR DE R\$ 9,90/MÊS

Leia também no  GoRead

SIGA    



BEBÊ

INSTITUTO VEJA

BOA FORMA

QUATRO RODAS

BRAVO!

SUPERINTERESSANTE

CAPRICHOS

VEJA RIO

CASA

VEJA SÃO PAULO

CASACOR

VEJA SAÚDE

CLAUDIA

VIAGEM E TURISMO

ELÁSTICA

VOCÊ RH

ESPECIALISTAS

VOCÊ S/A

GUIA DO ESTUDANTE

[Grupo Abril](#)

[Anuncie](#)

[Política de privacidade](#)

[Dicas de Segurança](#)

[Como desativar o AdBlock](#)

[Vendas](#)

[Atendimento ao assinante – Minha Abril](#)

[Voltar para o site de **veja**](#)

QUEM SOMOS

FALE CONOSCO

TERMOS E CONDIÇÕES

TRABALHE CONOSCO

Abril Comunicações S.A., CNPJ 44.597.052/0001-62 - Todos os direitos reservados.